

# A experiência única do Peru

por **Guilherme Barros**  
do Rio

A moratória parcial adotada pelo governo peruano não é facilmente aplicada a outros países latino-americanos. O alerta consta de um artigo assinado pelo economista Alberto Espejo, da Universidade Católica do Peru, e publicado no último boletim da Macrométrica, empresa de consultoria econômica do professor da PUC-RJ, Francisco Lopes, assessor especial do ministro do Planejamento, João Sayad.

Segundo o economista, os bancos credores internacionais não usaram métodos mais fortes contra o País, como embargos ou disputas nos tribunais, porque a dívida peruana, de US\$ 14,2 bilhões, é relativamente pequena comparada com a de países como Brasil, México, Argentina ou Venezuela. De acordo com o artigo, a dívida peruana equivale a 3,7% da dívida externa latino-americana.

Espejo argumenta, também, que os bancos não desejavam uma má publicidade na América do Sul, "inclusive porque os devedores mais importantes, como o Brasil, ainda não têm uma atitude bem definida e o continente sul-americano está fortemente sensibilizado para o problema da dívida".

Mesmo assim, o economista diz, em seu artigo, que depois de o Peru ter sido considerado "inelegível" pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em agosto do ano passado,

em função de o país ter pago apenas US\$ 50 milhões de seu compromisso vencido de US\$ 125 milhões, ficou difícil conseguir créditos até mesmo do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses dois órgãos internacionais concederam financiamentos de US\$ 54 milhões em 1985 e de US\$ 7 milhões em 1986 — a moratória peruana foi decretada em julho de 1985, quando o presidente Alan Garcia tomou posse e anunciou a vinculação do pagamento da dívida externa a 10% do valor das exportações e que daria prioridade aos organismos internacionais e aos governos, recusando-se também a negociar com o FMI para o refinanciamento de sua dívida. Já os bancos internacionais, principais credores do Peru, não renovaram linhas de crédito e nem deram novos créditos, de acordo com o artigo do economista peruano.

No documento, o economista peruano diz que a administração Garcia elaborou recentemente um plano de emergência para os próximos cinco anos, para que o país possa viver sem dinheiro novo por muito tempo, talvez pelos próximos dez anos". O plano foi elaborado tomando por base que, entre janeiro deste ano e julho de 1988, se esgotarão as atuais reservas internacionais e não se receberão créditos do exterior. Com isso, os objetivos do plano são de privilegiar o crescimento da indústria para o mercado interno e a

exportação, substituindo insumos importados, aumentar a produção agrícola e mudar os hábitos de consumo da população, para reduzir as importações de alimentos (US\$ 250 milhões por ano). O plano contempla, ainda, a possibilidade de o país captar dólares no narcotráfico como fonte alternativa à escassez de divisas.

O economista observa em seu estudo que, hoje, o Peru paga mais do que antes de sua moratória parcial — 24% das exportações, o que equivale ao que pagou em 1983, em plena crise, e mais do que o efetivamente pago em 1984 e 1985. Ele argumenta também que, no ano passado, o PIB peruano cresceu cerca de 8%, os salários reais aumentaram em relação a julho de 1985 e a inflação estabilizou-se em 4% mensais, e o único dado negativo foi o saldo deficitário de US\$ 647 milhões do balanço em conta corrente.

Espejo comenta que a decisão de limitar o pagamento da dívida em 10% do valor das exportações pode ter sido política e economicamente correta, dada a frágil situação do Peru, mas isso não resolve a questão da retaliação dos bancos e dos organismos internacionais, e conclui: "A opção peruana não é um exemplo tão fácil de ser seguido em outras partes da América Latina". A seu ver, o caso peruano mostra, no entanto, que nenhum país deve sacrificar o crescimento para pagar a dívida externa.